

A consciência em Tomás de Aquino

Autor: Sávio Laet de Barros Campos.
Bacharel-Licenciado em Filosofia Pela
Universidade Federal de Mato Grosso.

Em Tomás, a *consciência (conscientia)* é sempre um ditame da razão (*ratio*)¹ à vontade (*voluntas*). Donde, o objeto (*obiectum*) da vontade ser o que é proposto pela razão. Daí que, se a razão for reta e a vontade aderir ao objeto proposto por ela como a um bem (*boni*), boa será a vontade. Ademais, se a razão for reta e a vontade rejeitar algo por ela proposto como sendo um mal (*malo*), boa será a vontade. Entretanto, e se a razão for errônea e a vontade, mesmo assim, aderir ao objeto por ela proposto, como a um bem? Neste caso, a vontade será má? Além disso, e se um dado objeto, bom em si mesmo, for apreendido como um mal pela razão errônea? Desta maneira, será má a vontade se se recusar aderir a tal objeto?

Deste modo, que a vontade seja boa quando adere à reta razão, é fato, mas que a vontade seja boa mesmo quando adere ao objeto proposto pela razão errônea com um bem, eis o problema. Ou ainda: quando a vontade deixa de aderir a um bem, porquanto a razão errônea o apresenta como um mal, eis a questão.

Com efeito, deixar de fornicar é, em si mesmo, um bem. Mas, se a razão errônea propuser que, deixar de fornicar é um mal, e a vontade mesmo assim decidir abster-se da fornicação, esta vontade será má, por querer o mal. Pois, conquanto a vontade esteja praticando um bem, a sua intenção (*intentio*) terá sido praticar um mal, visto que é a razão que dita o que é bom à vontade. Sem embargo, deixar de fornicar não é um mal em si mesmo, mas acidentalmente passa a sê-lo, posto que fora apreendido como tal pela razão errônea. Portanto, a vontade será má: não por aderir a um objeto que seja um mal em si mesmo, mas porque aderiu a um objeto que foi proposto como sendo um mal pela razão errônea.²

Tomás não se dá por satisfeito e dá um exemplo mais chocante para confirmar a sua tese. De fato, crer em Cristo é um bem em si mesmo, mas, se a razão, por absurdo, propuser

¹ TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. Trad. Aimom - Marie Roguet et al. São Paulo: Loyola, 2001. I-II, 19, 5, C: "Sendo a consciência um certo ditame da razão (...)"

² *Idem. Op. Cit.*: "Por exemplo, abster-se da fornicação é um certo bem, mas este bem a vontade não aceita, a não ser que seja proposto pela razão. Se, portanto, foi proposto como mal pela razão errônea, será levada a isso sob a razão de mal. Daí que a vontade será má por querer o mal, não o que é mal em si, mas o que é mal acidentalmente, por causa da apreensão da razão."

que tal ato de fé seja um mal, deveras será má a vontade que aceitar a salvação de Cristo, pelos mesmos motivos já aduzidos acima.³ Destarte, Tomás conclui: "Portanto, deve-se dizer, de modo absoluto, que toda vontade que discorda da razão, seja reta, ou errônea, é sempre má"⁴.

Uma vez estabelecido que a vontade que deixa de seguir a razão, seja a razão reta ou errônea é sempre má, resta saber se a vontade que age consoante à razão errônea é inescusável ou não. Para isto, cabe, pois, responder, antes, à questão: a vontade que age concernente à razão errônea comete um erro que lhe deve ser imputado? Ora, para esclarecer esta última questão, urge ainda discernirmos quais sejam os tipos de ignorância.

De fato, *bom e mau* só podem ser atribuídos a *atos voluntários*, ou seja, *atos da vontade esclarecida pela inteligência*. Mas, pela ignorância, a inteligência fica privada do conhecimento. Por conseguinte, o ato oriundo de uma inteligência não esclarecida por ignorância, não poderá ser *propriamente voluntário*. Aliás, nestas circunstâncias, a qualificação *moral* de *bom e mau* não cabe a estes atos.

No entanto, há ignorância e ignorância. Desta sorte, há uma *ignorância involuntária* proveniente, dentre outras coisas, das limitações do próprio intelecto (*intelectus*). Tal *ignorância é princípio*, mas não *causa do ato involuntário*, já que não é *deliberadamente* provocada pelo sujeito, com o intento de que a vontade fique impedida de agir de forma condicente com uma inteligência esclarecida. De forma que esta espécie de ignorância torna a *vontade escusável*.⁵

Contudo, há uma ignorância que, *intencionalmente – direta ou indiretamente – é causa do ato involuntário*. De sorte que existe uma *ignorância* que pode ser *querida* pelo próprio sujeito (*subiectum*). Desta feita, *diretamente*, o sujeito pode rejeitar ou negar o conselho (*consilium*) da razão; ou, *indiretamente*, por *negligência*, tergiversar com respeito a algo do qual deveria e poderia inteirar-se.⁶ De maneira que, nestes particulares, a própria vontade encontra-se *viciada* e não deve ser *desculpada*.

³ *Idem. Op. Cit.*: "Semelhantemente, crer em Cristo é um bem por si necessário para a salvação. Mas a vontade não é levada a esta verdade se não lhe for proposta pela razão. Portanto, se a razão a propuser como mal, a vontade a aceitará como mal, não porque seja um mal em si, mas porque é mal acidentalmente, pela apreensão da razão."

⁴ *Idem. Op. Cit.*:

⁵ *Idem. Op. Cit.* I-II, 19, 6, C: "Foi então dito que a ignorância, às vezes, causa o ato involuntário, às vezes não. E como o bem e o mal estão no ato voluntário enquanto voluntário, como está claro pelo que foi dito, é claro que aquela ignorância que causa o ato involuntário exclui a razão de bem ou de mal moral; não porém, aquela que não causa o ato involuntário."

Desta forma, nas duas circunstâncias acima coligidas e arrazoadas, a vontade que age de modo condizente com a inteligência errônea é passível de *culpa*, pois não procurou aplicar a inteligência a fim de que esta conhecesse aquilo que era da sua obrigação saber. Se, porém, a inteligência errônea procede de uma ignorância que não provém de uma *negligência*, mas pela própria complexidade das circunstâncias ou por uma limitação da própria razão, tal ignorância não torna má a vontade. De resto, neste caso, a vontade não *merece* ser *censurada* por *malícia* alguma.⁷

De modo que, a bondade do ato humano, numa sinergia perfeita, depende da razão e da vontade. Depende da razão, porque, como vimos, o objeto da vontade é proposto pela razão. Depende da vontade, porque cabe à vontade conduzir constantemente a razão no progresso do conhecimento do bem.

⁶ *Idem. Op. Cit.*: “Foi dito também acima que a ignorância que de algum modo é querida, direta ou indiretamente, não causa o ato involuntário. Chamo a ignorância diretamente voluntária a que se dirige ao ato da vontade, e indiretamente voluntária, por negligência, por alguém não querer saber o que deve saber, como foi dito acima.”

⁷ *Idem. Op. Cit.*: “Se, pois, a razão ou a consciência erram por erro voluntário, ou diretamente ou por negligência, por que é erro sobre aquilo que se deve saber, então tal erro da razão ou da consciência não desculpa a vontade que concorda com a razão ou com a consciência assim errônea, de ser má. Se, porém, é um erro que causa o involuntário, proveniente da ignorância de alguma circunstância sem nenhuma negligência, então tal erro da razão ou da consciência desculpa, de modo que a vontade que concorda com a razão errônea não é má.”

BIBLIOGRAFIA

TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. Trad. Aimom - Marie Roguet et al. São Paulo: Loyola, 2001.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.